

Participação da sociedade civil na Rio+20 é prioridade

Acessibilidade e mobilidade estarão asseguradas em todos os locais do evento que acontece em junho deste ano



RIO+20 Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

A garantia de espaços qualificados para que a sociedade civil nacional e internacional esteja presente e atuante na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) é uma das prioridades do Comitê Nacional de Organização (CNO). Eventos paralelos, acesso à internet, estandes para organizações, medidas para viabilizar transporte e mobilidade, estrutura com acessibilidade para pessoas com deficiência são algumas das condições criadas para que milhares de pessoas da sociedade civil sejam credenciadas e participem do evento.

“A participação da sociedade civil é uma prioridade para o Comitê Nacional. É muito importante garantir a presença das pessoas na Rio+20, inclusive para influenciar as decisões governamentais. O governo brasileiro e a ONU querem a maior participação possível”, afirma o secretário nacional do CNO, Laudemar Aguiar. O secretário também lembra que, tradicionalmente, o Brasil inclui participantes da sociedade civil na delegação oficial.

Espaços - Pela primeira vez, há mais de um local destinado para indivíduos e organizações, em locais como o Autódromo de Jacarepaguá, o HSBC Arena e outros próximos ao Rio-Centro, onde trabalharão os representantes dos 193 Estados-mem-

bros da ONU. Em todos os espaços está previsto acesso à internet e, ainda em relação à conectividade, será facilitada e estimulada a veiculação de informações nas redes sociais para que a juventude acompanhe, mesmo que remotamente, a Rio+20.

O CNO também ressalta as ações para assegurar a acessibilidade e a mobilidade em todos os locais do evento. “Será uma Conferência verdadeiramente inclusiva, com a

participação de todos, e as pessoas com deficiência não podem ser excluídas. Levamos em conta deficiências motoras, visuais, auditivas e dificuldades de transportes de todas as pessoas”, afirma Aguiar. O planejamento e a execução dessas ações são em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Conselho Nacional de Pessoas com Deficiência.

A preocupação está alinhada com as diretrizes do sistema das Nações Unidas, que identifica e abre espaço para os chamados “grupos principais”, que são organizações não governamentais, grupos empresariais, comunidades indígenas, autoridades locais, organizações de agricultores, grupos de crianças e jovens, trabalhadores e sindicatos, entidades de mulheres e a comunidade científica e tecnológica. +

Conferência acontece de 13 a 22 de junho

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável acontece no Rio de Janeiro entre 13 e 22 de junho de 2012. É uma oportunidade para renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avalia-

ção do progresso e das lacunas na implementação das decisões anteriores. São dois temas principais: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. +

Como participar?

Organizações: a participação na Rio+20 depende de registro da organização junto à ONU. Há uma lista de organizações que possuem status consultivo no ECOSOC - Conselho Econômico e Social. As organizações que participaram de outras conferências estão automaticamente credenciadas. O credenciamento das delegações oficiais, de representantes da sociedade civil e da imprensa está a cargo da ONU.

Indivíduos: qualquer pessoa pode enviar sugestões, divulgar informações, opinar, escrevendo em alguma das línguas oficiais da ONU (árabe, chinês, espanhol, francês, inglês, russo) para o email: uncsd2012@un.org.

ENTREVISTA

Antonio de Aguiar Patriota

Ministro das Relações Exteriores

“A Rio+20 deve ser o início de um período de ação, em que os atores sociais serão cada vez mais importantes para a promoção concreta do desenvolvimento sustentável”

Em entrevista ao Em Questão, o Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, destacou a importância da participação da sociedade para a realização da Rio+20.

EQ: O que está em jogo na Rio+20?

AAP: A Rio+20 representa um chamado à responsabilidade coletiva diante dos desafios impostos à comunidade internacional nas esferas ambiental, econômica e social. O Brasil entende que devem ser alcançados progressos reais em quatro direções: 1) a incorporação definitiva da erradicação da pobreza como elemento indispensável à concretização do desenvolvimento sustentável, acentuando sua dimensão humana; 2) a plena consideração do conceito de desenvolvimento sustentável na tomada de decisão dos atores dos pilares econômico, social e ambiental, com vistas à geração de sinergia, coordenação e integração entre estas três dimensões; 3) o fortalecimento do multilateralismo e a adequação das estruturas das Nações Unidas e das demais instituições internacionais ao desafio do desenvolvimento sustentável; e 4) refletir, na estrutura de governança global, o reordenamento internacional em curso, com devida atenção ao papel dos emergentes.

EQ: A realização de um evento com tamanha importância traz que tipo de expectativas ao governo brasileiro?

AAP: O governo do Brasil espera atingir resultados positivos nas esferas internacional, nacional e da sociedade civil. Na esfera multilateral, o objetivo é estabelecer rumos concretos para o longo prazo, em que se apontariam direções para o crescimento mundial no contexto do desenvolvimento sustentável. Na dimensão nacional, pretende-se

estimular o debate interno necessário para que o País exerça liderança na implementação e na criação de soluções sobre desenvolvimento sustentável nos próximos anos. O governo brasileiro entende que o aumento da participação da sociedade civil é um dos elementos indispensáveis para a promoção de avanços rumo ao desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, da mesma forma que a Rio-92 foi um marco para a conscientização acerca da importância da sustentabilidade, a Rio+20 deve ser o início de um período de ação, em que os atores sociais serão cada vez mais importantes para a promoção concreta do desenvolvimento sustentável.

EQ: Que posição esperar dos países desenvolvidos?

AAP: Os países desenvolvidos têm imensa dívida com relação ao mundo em desenvolvimento na área de desenvolvimento sustentável. Na Rio+20, devemos nos concentrar em assegurar que os Estados mais desenvolvidos cumpram os compromissos assumidos no passado. Uma questão-chave para os países mais pobres: Na Rio+10 (Cúpula de Johannesburgo), os países desenvolvidos comprometeram-se a transferir uma média de 0,7% de seu PIB para ajudar as nações pobres a atingirem as metas acordadas, mas os níveis de apoio desde então não atingiram esse patamar e ainda sofreram uma queda nos últimos anos.

EQ: Como o Brasil vem participando dos debates internacionais sobre o desenvolvimento sustentável?

AAP: O Brasil se situa no centro dos debates internacionais sobre o tema

desde, pelo menos, 1971. Na ocasião, foi uma das primeiras vezes que trouxeram às discussões ambientais suas dimensões indissociáveis do desenvolvimento econômico e social. O Brasil posteriormente trabalhou intensamente para que um dos principais resultados da Conferência Rio-92 fosse a aceitação universal do conceito de desenvolvimento sustentável e da inter-relação entre o social, o econômico e o ambiental. Temos demonstrado, portanto, capacidade de liderança na consolidação e no fortalecimento do conceito de desenvolvimento sustentável. Além disso, podemos ser considerados o país-síntese do desenvolvimento sustentável nas últimas décadas. O Brasil foi das poucas nações, senão a única, capaz de crescer economicamente, combater a pobreza e diminuir as desigualdades sociais, reduzir desmatamentos e manter a matriz energética limpa simultaneamente. Caberá ao País, agora, defender esse duplo legado - o histórico papel protagonista nas discussões multilaterais e o exemplo de políticas internas que têm gerado resultados positivos. Na Rio+20, defenderemos que não há receita única para o desenvolvimento sustentável, mas sim diversos caminhos, a partir das realidades específicas de cada país ou região. Reforçaremos a convicção de que o estímulo ao desenvolvimento sustentável nunca foi tão importante. Se ele já era consenso há 20 anos, tornou-se indispensável em um contexto de crescente aquecimento global, que exige respostas urgentes, em escala global e com sentido de responsabilidade coletiva de longo prazo. ■

Brasil coordenou países em desenvolvimento na COP-17

Atuação viabilizou compromisso de iniciar negociações em 2013

O Brasil participou da 17ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC- COP-17) e a 7ª Reunião das Partes no Protocolo de Quioto (CMP-7) realizadas em Durban, África do Sul, entre os dias 28 de novembro e 11 de dezembro de 2011. Os representantes brasileiros participaram das negociações que definiram um conjunto amplo e diverso de ações de cooperação de longo prazo, o início em 2013 do segundo período de compromisso do Protocolo de Quioto e ainda do lançamento do processo de negociação para avigorar e aumentar a ambição do regime no futuro, por meio da chamada "Plataforma de Durban para Ação Fortalecida".

Na Conferência, a delegação brasileira participou das negociações e reuniões simultâneas. Em vários temas, o Brasil exerceu a coordenação do G-77, grupo de negociação que reúne mais de 130 países em desenvolvimento. Assim, o País, além de defender os interesses nacionais, assumiu a responsabilidade de falar em nome do mundo em desenvolvimento como um todo. Trata-se de um desafio, sobretudo considerando a pluralidade de visões que é necessário harmonizar, em busca de posições de consenso.

Resultados - A marca da atuação brasileira está presente nos diversos aspectos do resultado de Durban e ao longo do processo negociador que conduziu à COP 17 e incluiu reuniões em Bangcoc, Bonn e Panamá. No tratamento das ações cooperativas de longo prazo, o Brasil coordenou o G-77, por exemplo, na negociação de novos instrumentos e processos para a apresentação internacional de informações sobre a mitigação realizada por

países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Por si só, o tema se transformou em sete diferentes documentos, com anexos. Todos os sete documentos refletem ideias apresentadas pelo Brasil, assegurando regras que contribuem para maior transparência, sem desconsiderar as diferenças de capacidade entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Protocolo de Quioto - O Brasil coordenou o G-77 nas negociações sobre o futuro do Protocolo de Quioto. Desde o início de 2011, a delegação brasileira propôs e liderou esforço de aproximação entre os países em desenvolvimento e a União Europeia, criando a massa crítica de apoio necessária para assegurar o segundo período de compromisso, a despeito dos anúncios de Canadá, Japão e Rússia de que não inscreveriam obrigações na nova fase. O Brasil também estimulou considerações

aprofundadas sobre o tema no âmbito do BASIC, grupo de que participa com África do Sul, Índia e China. As dúvidas sobre o futuro do Protocolo de Quioto minavam a confiança nas regras multilaterais e no próprio modelo de um regime baseado em normas internacionalmente acordadas. A participação brasileira foi chave para reverter tal quadro.

Nos momentos finais da COP-17/CMP-7, todo o "pacote" negociado dependia da decisão sobre a Plataforma de Durban e, mais especificamente, de uma opção de linguagem sobre a natureza do resultado das tratativas a serem iniciadas no próximo ano. O Brasil, que havia trabalhado junto a países desenvolvidos e países em desenvolvimento para encontrar formulações equilibradas para a decisão, também contribuiu com o fecho final: a referência a "resultado acordado com força legal", dotada de flexibilidade suficiente para ser aceita por todos. +

Agricultura de Baixo Carbono disponibiliza R\$ 3,15 bilhões

Para difundir uma nova agricultura sustentável, que reduza o aquecimento global e a liberação de gás carbônico na atmosfera, o governo estabeleceu o Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono que reúne iniciativas com metas e resultados até 2020. O Programa ABC, por exemplo, é uma linha de crédito para financiar os agricultores que pretendem adotar sistemas produtivos que contribuam para a mitigação dos Gases de Efeito Estufa. O programa já disponibilizou R\$ 3,15 bilhões no Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012, com taxas de juros de 5,5% e prazo de até 15 anos para pagamento.

Para execução do Plano está prevista capacitação de técnicos e produtores; transferência de tecnologia, pesquisa e desenvolvimento; regularização fundiária e ambiental. Também foram definidas linhas de crédito para fomento à produção sustentável, produção e distribuição de mu-

das florestais, disponibilização de insumos para agricultores familiares e contratação de assistência técnica.

O Ministério da Agricultura realiza diversas ações de capacitação. Em 2011, 3 mil técnicos de diversos estados participaram de cursos e seminários. A capacitação fará com que mais técnicos estejam aptos a criar projetos utilizando tecnologias de baixa emissão de carbono e, dessa maneira, tenham acesso ao crédito agrícola disponibilizado pelo Plano ABC, colocando em prática as tecnologias propostas e promovendo uma agropecuária cada vez mais sustentável. Durante os encontros são identificados parceiros para colaborar na elaboração do Plano ABC Estadual. A intenção é que cada local tenha uma estratégia específica. O projeto é que até o fim de 2012 os produtores rurais também tenham acesso aos treinamentos. +

Fontes renováveis de energia representam 86% da matriz

Hidrelétricas e bioenergia estão entre as prioridades

O Brasil assumiu metas de redução da emissão de gases do efeito estufa, mantendo o atual ciclo de desenvolvimento econômico. Esse compromisso implica manter a matriz energética brasileira como uma das mais limpas do mundo industrializado. O Brasil conta com mais de 86% de fontes renováveis (80% de hidráulica e 6% de biomassa e eólica). No mundo, a participação média da energia hidráulica atinge 16%.

O reforço dos instrumentos de planejamento energético pelo governo brasileiro permite manter este perfil devido à recuperação de uma responsabilidade do Estado na expansão da oferta de energia de forma que atenda ao interesse público - com preservação ambiental e desenvolvimento econômico e social.

Os estudos de inventário hidrelétrico foram retomados e leilões de energia para atendimento do mercado regulado passaram a ser promovidos de forma periódica e sistemática. Também foi intensifi-

cado o acompanhamento da implementação de novos empreendimentos, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento, viabilizando projetos fundamentais para o atendimento da demanda energética brasileira.

Estão previstos investimentos de R\$ 1.080 bilhões nos próximos dez anos, 22% na área de energia elétrica e 15% na área de bioenergia. Tais investimentos representam 2,6% do PIB acumulado no período, ou 12,1% dos investimentos acumulados. +

Luz para Todos atende mais de 14 milhões de brasileiros

O Programa Luz para Todos foi criado pelo governo federal em novembro de 2003 com o objetivo de levar energia elétrica a dois milhões de lares brasileiros que, à época, permaneciam sem acesso a uma fonte confiável e permanente de eletricidade. A meta inicial foi atingida em maio de 2009, o que representou tirar da escuridão cerca de 10 milhões de pessoas que vivem em áreas rurais e predominantemente pobres de todo o País.

Em setembro de 2011, o Luz para Todos já havia chegado a 2,8 milhões de famílias, o que representa um universo estimado em 14,2 milhões de pessoas. A ligação da eletricidade é feita de forma gratuita e as famílias recebem ainda três lâmpadas e duas tomadas instaladas em seus domicílios.

As metas foram ampliadas para dar conta de um fenômeno provocado em parte pelo próprio Luz para Todos: os municípios beneficiados passaram

a receber de volta as pessoas que os haviam abandonado tempos antes em busca de melhores condições de vida.

Estima-se que cerca de 682 mil pessoas fizeram esse movimento de retorno à sua região de origem até 2011, invertendo o fluxo migratório para os grandes centros.

O Luz para Todos também ajudou as economias locais, já que 79,3% das famílias atingidas adquiriram aparelhos de televisão e 73,3% passaram a ter geladeira em casa e 24,1% das famílias atendidas com energia elétrica em suas casas compraram bomba d'água movida a eletricidade para irrigação.

Uma pesquisa do Ministério de Minas e Energia realizada em 2009 mostra que a renda familiar cresceu para 35,6% das famílias beneficiadas após a chegada da eletricidade a suas residências. Mais de 90% dos entrevistados relataram melhoras na condição de vida. +

Apoio à inovação fortalece sustentabilidade

Estratégia inclui a nova Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial

No cenário mundial contemporâneo, inovação é reconhecidamente instrumento fundamental para o desenvolvimento sustentável, o crescimento econômico, a geração de emprego e renda e a democratização de oportunidades de uma nação. No Brasil, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), o Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (PACTI 2007-2010) e a Estratégia Na-

cional de Ciência Tecnologia e Inovação (ENCTI) em curso consideram a inovação um dos fatores centrais para o fortalecimento sustentável da posição do Brasil no cenário internacional.

Subvenção - Parte do relativo sucesso do incremento recente de investimentos privados em P&D decorre de um conjunto de instrumentos de fomento ofertando recursos para crédito, subvenção e investimentos reembolsáveis e não reembolsáveis, conforme possibilidades abertas pela Lei de Inovação, de dezembro de 2004, e pela Lei do Bem, de novembro de 2005, além da Lei de Informática, entre outras iniciativas. Ampliou-se assim o escopo das ações mais tradicionais e, em decorrência, o leque de opções de acesso para todos os tipos de empresa.

Embrapii - Mais recentemente visando a garantir a sustentabilidade do crescimento brasileiro, uma iniciativa compatível com a crescente cultura de inovação no mundo cotidiano dos empresários, dos governos e da comunidade científica e tecnológica nacional, foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - Embrapii.

A Embrapii pretende contribuir para suprir uma lacuna na articulação institucional entre os setores público e privado, especialmente no setor industrial, tendo como perspectiva central a promoção da inovação nas empresas, explorando a capilaridade descentralizadora e a competência estabelecida dos institutos tecnológicos existentes. +

Desde 2004, desmatamento na Amazônia caiu 78%

País está próximo de antecipar meta de reduzir emissões de carbono

A queda nas taxas de desmatamento na Amazônia nos últimos sete anos faz com que o País esteja próximo de antecipar a meta de redução das emissões de carbono projetada para 2020, conforme a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Em oito anos, a taxa de desmatamento caiu significativamente, de 27.772 km², em 2004, para 6.238 km², em 2011 - uma queda de 78%.

O governo brasileiro iniciou o monitoramento da cobertura florestal na Amazônia em 1988. No último período monitorado, agosto de 2010 a julho de 2011, a redução estimada foi de 11% em relação ao mesmo período anterior. Esse patamar histórico é fruto da implementação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), em 2004. O governo atua de forma integrada no PPCDAm, priorizando as áreas com maior incidência de desmatamento e reunindo esforços de 14 ministérios, coordenados pela Casa Civil da Presidência da República.

O governo trabalha a revisão do Plano para o período de 2012 a 2015. Incorporando novidades à experiência já adquirida, estão previstos avanços nos sistemas de monitoramento. Tanto o registro em tempo real pelo Sistema Deter, que serve para orientar as ações de fiscalização e repressão ao desmatamento ilegal, quanto o Prodes, serão aperfeiçoados. Hoje eles já são referência mundial entre os países com florestas tropicais que empregam monitoramento a partir da análise de imagens de satélite. O PPCDAm busca uma redução do desmatamento em torno de 80% em relação à média registrada no período de 1996 a 2005, de acordo com a Política Nacional sobre Mudança do Clima. As ações de combate

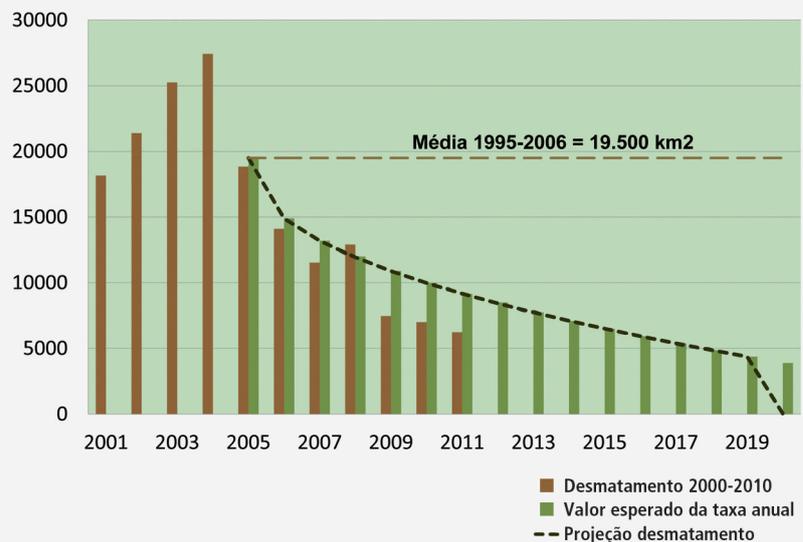
ao desmatamento na Amazônia Legal envolvem, principalmente, o Ibama, a Polícia Federal, a Força Nacional e o Exército.

Arco Verde - Aliada às ações de repressão, o governo federal estabeleceu uma frente de controle do desmatamento, voltada para a assistência aos municípios que mais desmatam. A operação batizada de Arco Verde, veio depois da operação Arco de Fogo, que focava a repressão ao desmatamento ilegal.

A Operação Arco Verde - Terra Legal percorreu os 43 municípios, que, juntos, somavam 53% de

toda a área desmatada no bioma. A proposta foi intervir nos modelos econômicos predatórios, com o incentivo às práticas sustentáveis. O mutirão percorreu 25 mil quilômetros para oferecer alternativas sustentáveis. Teve início um processo de conscientização com a presença do Estado para coibir e prevenir a ação dos desmatadores ilegais. Nos municípios beneficiados, a Arco Verde atendeu moradores da floresta prestando serviços básicos, como registro civil, assistência previdenciária e trabalhista, e a abertura de processos de regularização fundiária. +

Redução do Desmatamento na Amazônia assumida na COP-15



Fundo Amazônia aprovou 23 projetos com investimentos de R\$ 441 milhões

Como forma de obter recursos para incentivar a preservação da floresta, o Fundo Amazônia teve sua criação autorizada, em 1º de agosto de 2008, com o objetivo central de promover projetos para a prevenção e o combate ao desmatamento e também para a conservação e o uso sustentável das florestas no bioma amazônico. Até o final de 2011, foram aprovados 23 projetos que representam investimentos de R\$ 441 milhões.

A gestão do Fundo cabe ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os

recursos do Fundo Amazônia são aplicados sob a forma de financiamentos não reembolsáveis.

Maior reserva de diversidade biológica do mundo, a Amazônia é também o maior bioma brasileiro em extensão, estando presente em quase metade do território nacional. São 4,2 milhões de km² ocupando a totalidade de cinco unidades da Federação (Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima), grande parte de Rondônia (98,8%), mais da metade de Mato Grosso (54%), além de parte do Maranhão (34%) e de Tocantins (9%). +

Distribuição de renda avança economia

Mercado de trabalho aquecido e investimento em infraestrutura também aceleram produção

Ao longo da última década, a taxa de crescimento na renda *per capita* dos 10% mais pobres foi quase quatro vezes maior do que a dos 10% mais ricos. Enquanto a renda *per capita* do topo da pirâmide social cresceu 1,3% ao ano, a da base da pirâmide cresceu a 5,1% ao ano. Desde 2003, devido à melhor distribuição de renda, a nova classe média brasileira incorporou 29 milhões de pessoas. A queda do índice de Gini demonstra o sucesso dos programas sociais, mas também da inclusão produtiva.

Para manter o constante crescimento econômico com inclusão social, o Brasil age a partir de políticas públicas voltadas para três grandes áreas: expansão do mercado de trabalho, redistribuição de renda e investimento em infraestrutura.

O País criou 2,3 milhões de empregos formais em 2011. A constante alta desde 2003 tem mantido a taxa de desemprego abaixo dos 6%. Aliado à

valorização do salário mínimo, que recebeu aumento real de 65,96% nos últimos dez anos, o mercado de trabalho aquecido é um dos principais fatores que têm construído uma abrangente classe média no País. A oferta de oportunidades, com políticas de fomento ao agricultor familiar e aos pequenos empreendedores urbanos, foi aliada aos programas sociais para reduzir as desigualdades. O Bolsa Família, por exemplo, transferiu, apenas em 2011, R\$ 16,7 bilhões a 13,3 milhões de famílias - 19,4% mais do que os R\$ 13,4 bilhões de 2010 - o que demonstra que o investimento não apenas é permanente, como é acentuado.

Erradicar pobreza - O sucesso do sistema de complementação de renda permite ao País enfrentar o desafio de erradicar a extrema pobreza até o final de 2014. O Plano Brasil Sem Miséria leva em conta um cenário de manutenção do emprego e da atividade econômica, para que a inclusão produtiva na cidade e no campo ocorra.

De acordo com as projeções do Ministério da Fazenda, a permanência dos investimentos produtivos e a solidez do consumo das famílias sustentarão crescimento esperado pelo Plano em 2012. O desenvolvimento continuará baseado na demanda doméstica, que tem sido o principal condutor da

expansão econômica durante o atual período de crise internacional.

PAC - Ao mesmo tempo que o Brasil incentiva fortalece a economia e a inclusão social, resolve problemas históricos de infraestrutura e saneamento básico. A execução orçamentária da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) alcançou R\$ 143,6 bilhões até 30 de setembro de 2011. Este volume de recursos representa 15% do previsto para o período 2011-2014 e mostra aumento de 66% entre junho e setembro. Até setembro de 2011, o PAC 2 alcançou volume de pagamento 22% superior em comparação com o mesmo período de 2010.

O investimento na economia se dá sem aumento do endividamento público. Ao contrário, mesmo com a crise financeira, o endividamento público está em queda em relação ao PIB. Por exemplo, a Dívida Bruta do Governo Geral caiu de 63,4% do PIB, em setembro de 2009, para 55,4%, em outubro de 2011. Já a Dívida Líquida do Setor Público saiu de 43,3% para 38,2% no mesmo período.

O consumo hoje no Brasil é impulsionado não apenas pelo incentivo à produção, mas também pelo crédito. Desde a crise de 2008 até hoje, houve um aumento da razão crédito/PIB de 40,5% para 46,4%. +

Bolsa Verde beneficia 16 mil famílias na Amazônia

Compensação de renda é de R\$ 300 por trimestre

Na agenda do desenvolvimento com preservação do meio ambiente, o governo federal criou em 2011 o Bolsa Verde, um dos maiores programas de transferência de renda com preservação ambiental no mundo. A expectativa é beneficiar 73 mil famílias que vivem e trabalham em unidades de conservação e no seu entorno, assentamentos ambientalmente diferenciados, terras indígenas, ribeirinhos e comunidades tradicionais, que contribuem para a conservação da biodiversidade brasileira. Os recursos são repassados sob a forma de pagamento

por seus serviços na conservação dos ecossistemas onde vivem e trabalham.

Em janeiro de 2012, o programa já chegou a 16 mil famílias da Amazônia Legal. Sua consolidação como política pública de distribuição de renda é inovadora e melhora as condições de vida de comunidades que tiram seu sustento da biodiversidade.

Os beneficiários têm renda mensal

inferior a R\$ 70 e precisam preencher requisitos que demonstrem que estão contribuindo com a preservação ambiental. Todos fazem parte do Bolsa Família, maior programa governamental de distribuição de renda para populações em situação de risco sócioeconômico. A complementação de renda, paga pela prestação de serviços ambientais, é de R\$ 300 reais por trimestre. +



Bolsa Verde melhora as condições de vida de comunidades que tiram seu sustento da biodiversidade

Foto: Secom/Presidência da República

De 2003 a 2009, 27,9 milhões de pessoas saíram da pobreza

Superação da pobreza é condição para o desenvolvimento sustentável

Quando a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu os oito Objetivos do Milênio (ODM), há 11 anos, o Brasil e outros 188 países assumiram o compromisso de reduzir pela metade, até 2015, a fome e a extrema pobreza. Em 2009, um novo estudo da ONU indicou que o Brasil não apenas alcançou como superou as metas de redução da pobreza extrema e da fome definidas nos ODM. Entre 2003 e 2009, 27,9 milhões de pessoas superaram a pobreza e 35,7 milhões ascenderam para classes sociais mais elevadas. A receita para esses resultados: crescimento econômico com inclusão social.

A superação da pobreza é condição essencial para o desenvolvimento sustentável. É com esse enfoque e com a experiência bem-sucedida de inclusão social que o Brasil recebe, em junho de 2012, no Rio de Janeiro, chefes de Estado para discutir o futuro do planeta na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Proteção Socioambiental Global - O documento com as diversas propostas elaboradas pela comissão brasileira para a Rio+20 sugere a criação de um Programa de Proteção Socioambiental Global. Esse programa visa incrementar a renda para superar a pobreza extrema em todo o mundo e promover ações estruturantes que garantam qualidade ambiental, segurança alimentar, moradia adequada e acesso a água limpa para todos. O Programa de Proteção Socioambiental Global, ao ser implementado, faria com que toda estrutura multilateral internacional operasse no sentido de facilitar o acesso a tecnologias, recursos financeiros, infraestrutura e capacitação, a fim de que todas as pessoas do planeta tenham quantidade e qualidade mínima de alimento, água e ambiente saudável. +



Foto: Ana Nascimento/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Uma das metas do Brasil Sem Miséria para a zona rural é aumentar em quatro vezes o número de agricultores familiares atendidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Meta do Brasil Sem Miséria é retirar 16,2 milhões de pessoas da extrema pobreza

O governo brasileiro já vem trabalhando nessa linha. No âmbito do Brasil Sem Miséria, estão sendo desenvolvidas simultaneamente ações de garantia de renda, como o Bolsa Família, promoção da segurança alimentar, como o Programa de Aquisição de Alimentos, e ações de segurança hídrica, como o Programa de Cisternas.

Além do Programa de Proteção Socioambiental Global, o documento brasileiro propõe a evolução dos Objetivos do Milênio para que passem a incorporar critérios ambientais, criando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Também entre as propostas estão a adoção de novos indicadores de desenvolvimento que incorporem os elementos de sustentabilidade e o Pacto Global para Produção e Consumo Sustentáveis, que inclui compras públicas sustentáveis.

Em 2011, o governo federal se lançou ao desafio de fazer as políticas públicas de inclusão social chegarem a 16,2 milhões de brasileiros que ainda vivem em situação de extrema pobreza, com renda mensal de até R\$ 70 por pessoa, de acordo com dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa população tem rosto e endereço: a maioria vive no Nordeste - 59% ou 9,6 milhões de pessoas - e é jovem - 51% têm até 19 anos e 40%, até 14. Pouco mais da

metade dos 16 milhões mora em centros urbanos e os demais, no campo.

Lançado em junho, o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que integra diversos órgãos e é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), tem três eixos de atuação: garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva. Em julho de 2011, foi sancionado o projeto de lei que instituiu o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e representou a consolidação - por meio de um marco legal - das políticas, ações e diretrizes construídas nos últimos seis anos.

Logo em seguida, os estados começaram a anunciar programas próprios para superar a extrema pobreza. O governo federal firmou pactos regionais com os governadores dos 26 estados e do Distrito Federal.

Em consequência do BSM, oito estados - Amapá, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e São Paulo - e o Distrito Federal estão integrando seus programas de transferência de renda ao Bolsa Família. Assim, 3,5 milhões de beneficiários receberão complementação aos valores do Bolsa Família, o que vai elevar a renda das famílias mais pobres. Em seis meses, as ações do plano resultaram na superação de todas as metas previstas para 2011. +

Diálogo com a sociedade é marca do governo federal

Mesas e conferências são instrumentos de participação social

A construção das bases de uma relação forte e consolidada com os movimentos sociais e um diálogo permanente com as organizações a sociedade civil são marcas do governo federal. Para o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência, "a relação entre sociedade civil e governo é necessariamente tensa, com reivindicações justas. O governo busca atender ao máximo essas demandas, apesar de estar limitado por questões orçamentárias e institucionais, entre outras". Segundo o ministro, "não nos iludimos confundindo o bom diálogo com a satisfação efetiva dos movimentos. Mas apostamos na continuidade e no aprofundamento desse diálogo. O governo é dinâmico e ao longo de quatro anos construirá conquistas importantes para os movimentos sociais e para a sociedade. Nossa aposta para 2012 é exatamente dar mais organicidade e estabilidade para essa relação e manter o diálogo cada vez mais claro, fraterno e transparente".

De acordo com o ministro, entre as inúmeras ações realizadas pela Secretaria-Geral merecem destaque as mesas de diálogo e de negociação permanente. A Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, iniciada no governo passado, foi retomada em 2011 e as empresas que aderiram ao Compromisso Nacional, ou seja, que concordaram em implantar medidas que beneficiarão cerca de 500 mil trabalhadores em todo o País, já estão sendo auditadas.

Entre as Mesas criadas em 2011 estão a da Construção Civil, que deu origem ao Compromisso Nacional Tripartite para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção. Esse acordo, de



Foto: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Participantes votam proposta durante a 8ª Conferência Nacional de Assistência Social

livre adesão, busca pactuar condições adequadas aos trabalhadores, desde o recrutamento e seleção, qualificação profissional, até a saúde e segurança do trabalho, além do direito do trabalhador ser organizado por local de trabalho nos canteiros de obras.

Com a Mesa Permanente de Diálogo integrada pelas seis Centrais Sindicais, a Secretaria-Geral debateu temas como seguridade social, reajuste para os aposentados, salário mínimo, além de outras pautas.

Movimentos do campo - Com os movimentos do campo, o diálogo ocorreu tanto por ocasião das manifestações das entidades em Brasília - Marcha das Margaridas, Jornada Nacional de Luta da Agricultura Familiar e Reforma Agrária e Grito da Terra, entre outras - quanto em relação a questões mais estruturantes, como a dívida dos pequenos agricultores.

Para atender à reivindicação de movimentos sociais e de trabalhadores do setor de energia, foi criada ainda a Mesa de Diálogo da Plataforma Operária e Camponesa de Energia, que debateu temas como segurança energética, modelos alternativos de produção de energia e os riscos da terceirização no setor. A Mesa de Negociações sobre Moradia Urbana também foi criada em 2011 com o objetivo de debater a pauta unificada do movimento

de moradia e instituir um canal de diálogo permanente entre o governo federal e os movimentos sociais ligados à questão.

Conferências - De 1941 a 2011 foram realizadas 123 conferências nacionais. Desse total, 82 ocorreram entre 2003 e 2011, abrangendo 40 áreas setoriais e sendo precedidas de conferências preparatórias nos níveis municipal, regional e estadual, mobilizando cerca de 7 milhões de pessoas no debate de propostas para as políticas públicas. +

CDES mobiliza sociedade

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social debate o tema do desenvolvimento sustentável desde 2010. Reuniões nacionais e de cooperação internacional com outros conselhos e instituições similares resultaram no documento Acordo para o Desenvolvimento Sustentável. A contribuição do CDES e das outras 72 instituições que subscreveram esse documento - organizações sociais, ambientais, acadêmicas, empresariais e de trabalhadores - foram encaminhadas aos Ministérios do Meio Ambiente e de Relações Exteriores. ■

Saiba mais em: www.cdes.gov.br

EXPEDIENTE

DIRETOR DA APOSIÇÃO ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA:

JORGE DUARTE

EDITOR:

FLÁVIO GONÇALVES

REPORTAGENS

MÁRCIO VENCIGUERRA, DANIELA SILVA

E RICARDO PENG

DIAGRAMAÇÃO: EDUARDO GOULART

www.secom.gov.br

CONTATO:

EMQUESTAO@PLANALTO.GOV.BR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

BLOCO "A" - 6º ANDAR - SALA 631

BRASÍLIA - DF - BRASIL - CEP: 70054-906

TELEFONES: (61) 3411-4928 / 3411-4818

RECEBA O EM QUESTÃO
POR E-MAIL. ENVIE UMA
MENSAGEM PARA

emquestao@planalto.gov.br

NO CAMPO ASSUNTO
ESCREVA INCLUIR.

G O V E R N O F E D E R A L
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA